UTOPIAS PÓS-COLAPSO

Post-collapse utopias

Utopías post-colapso

RESUMO Este ensaio pretende discutir o lugar e as tarefas das utopias no mundo contemporâneo, dilacerado por lutas sociais de diferentes tipos. O pressuposto implícito é o de que somente a utopia pode nos servir de guia e proteção em um mundo tão conturbado e violento.

PALAVRAS-CHAVE: UTOPIAS. MODERNIDADE. CAPITALISMO. TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.

ABSTRACT This essay aims to discuss the place and tasks of utopias in the contemporary world, torn by social struggles of different kinds. The implicit assumption is that only utopia can serve as a guide and protection in a world so troubled and violent.

KEY WORDS: UTOPIAS. MODERNITY. CAPITALISM. SOCIAL TRANSFORMATION.

RESUMEN Este ensayo pretende discutir el lugar y las tareas de las utopías en el mundo contemporáneo, desgarrado por luchas sociales de diferentes tipos. El supuesto implícito es que sólo la utopía puede servir de guía y protección en un mundo tan conturbado y violento.

PALABRAS CLAVE: UTOPIAS. MODERNIDAD. CAPITALISMO. TRANSFORMACIÓN SOCIAL.

INTRODUÇÃO

A pesar de que a formalização e a popularização dos direitos humanos só se tenham tornado um fato após a declaração dos direitos humanos há sessenta anos, suas origens remontam à era das revoluções burguesas modernas, particularmente à da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão francesa. Nessa época, os iluministas acreditavam que o progresso da ciência e da indústria traria necessariamente um mundo melhor para as pessoas, um mundo mais humano, com menos sofrimentos e carências:

O governo fundado numa teoria moral, num sistema de paz universal, nos Direitos do Homem inalienáveis e hereditários, está agora a girar de oeste para leste com um impulso mais forte do que o governo da espada girou de

ADALMIR LEONIDIO
Universidade de São Paulo –
USP

leste para oeste. Isso não interessa a indivíduos específicos, mas a nações em progresso, e promete uma nova era para a raça humana (PAINE, 1998: 108).

Contudo, o século XIX, e mais ainda o XX, mostrou precisamente o contrário: o progresso pode ser o regresso e a civilização pode ser a barbárie. Daí o desgaste e o desuso da palavra progresso. Hoje todos sabem bem: não são as pessoas que estão em primeiro plano quando falamos em “crescimento” ou mesmo “desenvolvimento”, mas a valorização do capital.

Essa desumanização, como mostrou Marx, é própria de uma sociedade que fez do equivalente mercantil o equivalente de todas as relações humanas. A proposição deste ensaio, então, é bastante simples: os direitos humanos só farão sentido em uma sociedade verdadeiramente humanizada. Essa sociedade não existe em lugar algum do planeta, mas pode existir. Mas só existirá fora das relações mercantis, que orientam a produção, tanto quanto a consciência dos homens.

O COLAPSO DA SOCIEDADE DA MERCADORIA

Num livro relativamente antigo e que já perdeu a força inicial que teve no Brasil, Robert Kurz (1991) buscou mostrar que o colapso do socialismo real criou a ilusão da vitória final do Ocidente. Criou, igualmente, na *intelligentsia* terceiro-mundista, a ilusão da vitória do mercado sobre o estatismo. Os resultados desse otimismo ingênuo já podemos observar no Brasil desde a eleição de Collor de Mello e, de forma mais dramática, depois do golpe de 2016: privatizações aceleradas e desmonte de programas sociais e de assistência aos mais pobres.

Mas logo ficou claro que aquela crise era apenas a ponta de um iceberg, a crise da sociedade do trabalho e da mercadoria. Segundo esse argumento, a idolatria do trabalho como fim em si mesmo, para além das necessidades concretas das pessoas, fez do socialismo e do movimento operário um simples

prolongamento da lógica capitalista da expansão permanente do valor. Seu estatismo foi apenas a forma assumida pela acumulação primitiva recuperadora numa fase de concorrência avançada do mercado mundial, no que pouco se diferencia do restante dos países do Terceiro Mundo.

Kurz busca retomar aquilo que considera essencial em Marx e que teria sido deixado de lado pelo marxismo ocidental, isto é, a crítica do fetichismo da mercadoria, onde o trabalho vivo aparece apenas como expressão do trabalho morto que se tornou independente, e o produto concreto, sensível, como expressão da abstração inerente ao dinheiro. Isto é, as necessidades sensíveis das pessoas somente podem ser satisfeitas pela produção não-sensível da mais-valia.

Acontece que nem o estatismo nem o monetarismo são capazes de debelar a contradição interna do capital que sempre termina numa crise: a necessidade de revolucionamento permanente das forças produtivas. Particularmente após a chamada Terceira Revolução, o capital tem encontrado severas dificuldades de se valorizar no próprio processo produtivo, isto é, transformar permanentemente trabalho vivo em trabalho morto. Por seu lado, a mão de obra barata, com base na qual os países do Terceiro Mundo contavam desenvolver sua indústria de forma competitiva, tornou-se irrelevante no mercado mundial. E nem mesmo podem sonhar em elevar seu patamar tecnológico ao dos países do centro do capitalismo, dados os altos valores de investimento necessário.

Do ponto de vista mundial, essa crise do capitalismo se aguça justamente no momento em que a classe operária precarizada já não tem forças para colher os seus frutos. No Brasil, essa situação torna-se particularmente dramática, uma vez que a classe operária histórica sempre foi uma minoria diante da maioria dos marginalizados e oprimidos da nação. E se, por sua vez, o ajoelhar-se perante o mercado de nossa elite e de nossa *intelligentsia* tem significado o amealhamento de nossas riquezas e de nossa soberania, uma nova forma

de estatismo tem assumido o protagonismo na administração da miséria pública, o Estado policial e penal que avança sobre os territórios da pobreza, que não para de crescer.

Em meio a tudo isso, se vemos ressurgir o velho fantasma da extrema direita, também vemos renascer a esperança socialista. Mas ela já não poderá ser o que fora, uma versão burocrática do sistema produtor de mercadorias. E não poderá surgir também de uma simples tomada de poder do aparelho de Estado capitalista.

Che Guevara, com seu humanismo radical, já havia notado o dilema do socialismo real no curso da Revolução Cubana. Depois de tomado o poder, ele combaterá aqueles que defendiam o desenvolvimento das forças produtivas como fundamento da evolução da sociedade socialista. Com base nos escritos do jovem Marx, ele argumentará que a “nova sociedade” só surgirá a partir do “homem novo”, precisamente aquele que se apropria de seu ser social (GUEVARA, 2007).

A IMAGEM UTÓPICA DO MUNDO

Não vou fazer aqui uma história do conceito ou da ideia de utopia. Já o fiz de forma relativamente satisfatória em outro lugar (LEONIDIO, 2016). Mas antes de pensar a sua importância hoje, é preciso minimamente caracterizá-la como certa imagem da realidade, e não sua pura negação, como se tornou comum afirmar entre vários pensadores, ao longo destes quase cinco séculos de história que a cerca.

O termo utopia surgiu pela primeira vez com Thomas More, em sua obra *Utopia* (1516). Nesse tempo, confundiam-se, entre os ingleses, os termos *ou-topos*, significando lugar não existente, e *eu-topos*, lugar do bem, lugar ideal. Em português de Portugal existe uma expressão para descrevê-la, “Nenhures”, em contraposição a “algures” ou “alhures”, termo inexistente no vocabulário brasileiro. Nessa obra, More imaginou a vida dos habitantes de uma ilha, a “República Utopiana”, onde a civilização material era de nível idên-

tico ao da Inglaterra do século XVI, mas onde a organização social previa a paz, a justiça e a concórdia (MORE, 1999).

Ernst Bloch deslocou essa imagem utópica de sua dimensão espacial original para uma dimensão temporal (BLOCH, 2005). Isto é, doravante o termo evocará a imagem de um mundo desejado e possível, aquele que se espera realizar ou que se pretende ser, no presente ou no futuro. Mas evoca igualmente uma atitude crítica frente ao que é, ao estado de coisas existente. Essa crítica pode ser radical ou não. Em outras palavras, pode propor uma sociedade nova, ou simplesmente reformas que alterem significativamente a sociedade presente. Seja como for, o humanismo e a riqueza imaginativa são sem dúvida alguma os traços essenciais da imagem utópica do mundo.

O livro de Thomas More termina professando a esperança de um dia ver nos países da Europa a comunidade imaginada na Utopia. A esperança, portanto, parece o mais humano dos sentimentos a ser cultivado por aqueles que acreditam em um mundo melhor.

A esperança não é a mera espera de alguma coisa que está por vir ou que poderá vir, como nos diz Erich Fromm (1969). Pois, nesse caso, ela pressupõe a passividade e a resignação. A espera resignada tem a ver com a máxima bíblica de que tudo tem seu tempo e sua hora. Nesse caso, não é utopia, mas ideologia (MANNHEIM, 1989; LÖWY, 1987). Esse culto do futuro, que os brasileiros conhecem tão bem, não é senão a negação da esperança. A espera passiva é uma forma disfarçada de desesperança e impotência do homem frente ao seu destino. Ela está intimamente ligada à consciência reificada ou alienada da qual nos fala Lukács (1989).

Esperança também não é otimismo. Este limita suas pretensões ao que pode obter e sequer sonha com aquilo que parece fora de seu alcance. Otimistas compõem um rebanho de pessoas bem ajustadas, que jamais experimentam a desesperança, mas que também são incapazes de sonhar com algo diferente. Estes também compõem o rol de pessoas cuja

consciência só pode se apresentar como falsa consciência (LUKÁCS, 1989).

Como nos ensinou Ivan Illich (1988), esperança também não é expectativa. Expectativa tem a ver com a excessiva confiança do homem no planejamento e no controle (trata-se de algo previsível, esperado etc.). Em última instância, tem a ver com o processo de produção e consumo que se autoperpetua, assim como na crença irracional da onipotência virtual da técnica (CASTORIADIS, 1987). Um mundo cheio de expectativas é um mundo vazio de esperanças, um mundo esvaziado das potencialidades humanas para resolver os seus problemas.

Esperança é uma disposição interna, um intenso estar pronto para atuar, para agir em prol da mudança. É uma atitude ativa, militante e impassível. É uma atitude vital, porque quando nada mais esperamos, morremos.

O desejado (o esperado) e o existente mudaram muito ao longo destes quase 500 anos de história. Mas, de uma maneira geral, pode-se dizer que até a primeira metade do século XIX os valores próprios ao universo humanista da utopia eram: liberdade, igualdade e justiça. Com o socialismo, a crítica do existente ganhou contornos muito precisos, trata-se da crítica ao capitalismo, fonte de toda desigualdade e injustiça, mas também da própria desumanização do homem. Somente com a derrocada do capitalismo seria possível a libertação humana e a realização plena de suas potencialidades.

Com as experiências do socialismo real, chegou-se a falar em fim da utopia, mormente em função das contradições dos modelos soviético e chinês (particularmente aí a continuidade do modelo produtor de mercadorias, conforme as críticas de Robert Kurz). E, com o fim do socialismo soviético, chegou-se a falar também em fim da história e vitória definitiva do capitalismo. Mais recentemente, muitos autores de esquerda anunciaram a crise do neoliberalismo, chegando-se a imaginar o que seria um mundo pós-neoliberal. Contudo, como veremos, apesar das crises, nada leva a crer em um suposto enfraquecimento do ne-

oliberalismo no mundo. Mas também, apesar dos ataques sistemáticos à esperança, nada leva a crer em um mundo sem utopias.

AS TAREFAS DA UTOPIA HOJE

Quero dizer, antes de tudo, que o clima que se quer criar no mundo atual é de muita desesperança. E que esse clima zelosamente cultivado tem a ver com várias coisas, conforme assinalarei a seguir. E não tenho dúvida de que o aumento do racismo, da xenofobia, do sexismo e das intolerâncias de variado tipo, em suma, dessa onda conservadora que assola o mundo, tem a ver com essa tentativa de destruição da esperança que está em curso.

Alguns problemas que estão na base desse clima de desesperança são tão velhos quanto o capitalismo, embora se tenham agravado enormemente nas últimas décadas, especialmente dos anos 70 para cá: a desigualdade social; a fetichização e a reificação, que, conforme inúmeras distopias, apontam para uma sociedade completamente mecanizada, dedicada à máxima produção e ao máximo consumo (por exemplo, a série inglesa *Black Mirror*); ao menos de uma parte dela, já que para uma imensa maioria o que tem aumentado é a exclusão e seus efeitos desesperadores; a privatização dos espaços públicos; a degradação ambiental etc. Mas outros são uma absoluta novidade no mundo, como os retrocessos da democracia e dos direitos individuais, mormente no pós 11 de setembro.

Frente a isso, a utopia requer mais do que nunca um enorme esforço imaginativo. Temos que nos pôr a imaginar novos caminhos e novas soluções, mesmo frente aos velhos problemas. Um exemplo é o da privatização. O estatismo não pode mais ser uma resposta ao problema da privatização. Mas também não podemos aceitar o seu uso como pretexto ou salvaguarda para a concentração e o avanço destruidor do capital sobre o mundo. Não estou aqui para falar do que deve ser feito. Estou aqui para falar da tarefa que nos espera e das possibilidades que a cercam.

No Brasil, observamos, desde a década de 90, um poderoso ataque ao movimento popular, particularmente aquele que se construiu na década de 80, com o movimento sindical e operário e que representou certa esperança de mudança. No campo, as coisas não foram diferentes, uma vez que a tônica da ação institucional contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também foi um intenso processo de criminalização. Hoje, todo esse contexto tem sido exponenciado pelo avanço agressivo das privatizações e dos ataques às poucas conquistas trabalhistas que conhecemos em nossa história.

Esse ataque à esperança também tem a ver com o clima de “pragmatismo”, “realismo” ou “possibilismo” que tomou conta de certos grupos de “esquerda” na América Latina e que representou um ajoelhar-se frente ao mercado e aos avanços do neoliberalismo pós experiências do socialismo real, como já dito.

Refiro-me aqui em particular ao Fernando Henrique Cardoso. Em um discurso proferido em ocasião do recebimento do título de doutor *honoris causa*, na Universidade Central da Venezuela, em 1995, e ao falar da miséria no país, ele disse, com certo cinismo: “Agora, trataremos de fazer as mudanças orientadas pelas utopias possíveis”. Em outra ocasião, FHC disse que estava fazendo a reforma agrária “dentro do possível”: “não funciona a utopia de que será feito no atropelo qualquer coisa” (SEIDL, 1995).

Aliás, essa “paixão pelo real”, muito bem assinalada pelo filósofo Slavoj Žižek, é uma espécie de segunda natureza do capitalismo, em seu processo permanente de reificação da consciência (ŽIZEK, 2007). Vejam que ainda hoje muitos daqueles que estão do lado de cá da trincheira continuam a sublinhar suas posições com este “princípio de realidade”: suas utopias seriam mais “críveis” porque “reais”, ou, mais cinicamente, “possíveis”.¹

Observamos na década de 90, igualmente, um aumento do medo da mudança e do

que isso poderia representar, particularmente a volta da inflação, que no governo Itamar chegou ao patamar dos 50%. Aliás, o fantasma da inflação e o desemprego voltam a nos amedrontar com toda a força, no que se tornam o argumento potencial das reformas em curso. A campanha vitoriosa do Partido dos Trabalhadores se construiu exatamente em torno do lema a “esperança venceu o medo”. Há quem diga que não só venceu o medo, como também criou as bases da desobediência civil. Nesse sentido, a “radicalização da democracia” das ruas teria tomado o lugar, na militância política, das utopias de tipo socialista (PINTO, 2012). Outros simplesmente imaginaram que o “terremoto das ruas” havia sacudido o sonho ou a “vertigem benfazeja de prosperidade” dos tempos petistas e feito renascer em nós a “utopia” (ROLNIK, 2013).

Eu não iria tão longe assim nessa interpretação. Porque se, por um lado, nós vimos coisas como as jornadas de junho de 2013, por outro, nós também vimos coisas como a Lei Antiterrorismo, sancionada pela presidente Dilma e que já tem feito suas vítimas. Temos igualmente o refluxo das ocupações de terra pelo MST, que representou a maior esperança da luta pela reforma agrária e a justiça social que este país já experimentou. Hoje, até se suspeita que o golpe de 2016 teria começado nas ruas em 2013.

Mas logo a esperança virou desespero. Muitos acreditaram que a vitória do PT poderia significar a derrota política do neoliberalismo. Mas o que se viu foi o exato oposto: uma política de conciliação que fez do Brasil o paraíso do capital financeiro e especulativo. O resultado de tudo isso foi que, apesar da redução da miséria (que agora volta a crescer), o desemprego não reduziu (sobretudo porque não houve redução da jornada de trabalho, como se esperava), os salários não melhoraram e a reforma agrária continuou em compasso de espera.

Agora, nada disso se compara ao que está em curso com a implementação do programa do governo golpista do PMDB/PSDB: são ao todo 55 projetos de lei e emendas cons-

¹ Este é o ponto de vista de Boaventura de Sousa Santos, por exemplo, ao chamar o governo conciliador de Lula de “utopia realista” (SANTOS, 2003).

titucionais que levam ao paroxismo aquilo que Ricardo Antunes chamou de “desertificação neoliberal no Brasil”. No restante da América Latina, a esquerda, após breve experiência que chegou a criar um clima salutar de esperança, tem conhecido derrotas significativas.

Falei anteriormente do culto do futuro, que é uma das formas de destroçar a esperança, e que em determinados momentos da história aparece para acalantar os corações. Eis que neste momento ele renasce com toda força. O programa do governo “Ponte para o futuro” já é conhecido de todos. Aqui na minha universidade há também o projeto “USP do futuro”, desenvolvido por uma empresa de consultoria estrangeira e que transita secretamente. No essencial, ele visa a privatização da USP e o fim de qualquer esperança de acesso universal à educação, símile do que está a ser feito no plano federal.

Mas quais são, então, as bases da esperança? Muita coisa tem acontecido no país e no mundo e que podem indicar um caminho possível. Desde as lutas antiglobalização e antimercadorização, até as lutas ecológicas e feministas. Falei anteriormente das Jornadas de Junho (muito similar a outros movimentos de protesto como o *Ocuppy*), que como todos sabem foi um movimento amplo de protesto que teve início com o Movimento Passe Livre reivindicando a revogação do aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus, mas que logo se traduziu numa infinidade de outras demandas. O aspecto difuso do movimento, muito criticado e criticável, traz, no entanto, uma série de questões novas, que representam um desafio à nossa inteligência e, mais que tudo, à nossa imaginação: a questão da mobilidade nas cidades; a questão da autogestão política (reapropriação do espaço público pela população); a questão da reforma urbana (particularmente imobiliária); a questão da violência etc. Penso que a ideia mais marcante do movimento era a de que “outra cidade é possível”.

Mais recentemente tivemos os movimentos contra o impedimento da presidente Dilma, que se prolongaram com os movimen-

tos de protesto contra a reforma do ensino médio e a PEC 241, apelidada de PEC do fim do mundo. Foram ao todo mais de mil escolas ocupadas em todo o país. Foram milhares de jovens, muito jovens, e até crianças em atos pelo país.

Tem havido também vários atos de protesto contra a cultura do estupro, mormente no Rio e em São Paulo, bem como, contra o racismo, que tem se exacerbado nos últimos tempos. Tem havido igualmente aumento das campanhas em defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar etc. Tudo isso tem significado uma intensa luta pela reconstrução do espaço público, mas também pela afirmação de novos valores: liberação feminista, segurança ecológica, pacifismo etc. Valores que vêm reforçar valores humanos históricos, ligado às esquerdas tradicionais, como a liberdade, a igualdade, a justiça, a cooperação, o desenvolvimento integral do homem etc.

Mas será assim, do ponto de vista daqueles que ocuparam e continuam a ocupar as ruas em todos esses casos? Segundo David Harvey, “o direito à cidade”, que não se restringe ao direito de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer uma cidade diferente, “não pode ser concebido simplesmente como um direito individual” (HARVEY, 2013: 32). Bem entendido, a proposição é uma pedrada em muitos daqueles que ocuparam as ruas recentemente. Mas a questão que se coloca é a seguinte: como romper o confinamento estreito que o neoliberalismo impôs à luta por direitos no mundo moderno?

Voltamos aqui ao problema da “consciência reificada” descrito por Lukács. Segundo o marxista húngaro, o princípio da equivalência entre as mercadorias – como produto do trabalho humano abstrato, quantitativamente igual – não rege apenas as relações de troca, mas todo o processo produtivo, tornando o trabalho, trabalho livre, isolado, igual, comparável, mensurável com uma precisão crescente pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Acontece que a fragmentação do trabalho é também fragmentação do sujeito do trabalho e de sua consciência. Ao dissimu-

lar “a coisidade imediata de todas as coisas”, elas não aparecem aos homens como aquilo que realmente são, coisas, mas como a realidade em si, eterna e imutável, como as leis que as descrevem. Em outras palavras, o imediato não se apresenta à consciência como uma forma particular de vida – a forma capitalista de produção e reprodução da vida – mas como a vida em si (LUKÁCS, 1989).

Nesse sentido, enquanto nos mantivermos imersos na realidade do já existente, somente compreenderemos as lutas sociais como demandas por direitos individuais que possam aliviar nossas frustrações por viver em um mundo de demandas crescentemente não atendidas. E a inconsciência ou falsa consciência ou ainda a falsidade da consciência apenas interessa à manutenção do *status quo*. Acabamos de ver isso na greve dos caminhoneiros no Brasil: ainda que as demandas fossem legítimas, há fortes indícios do que estava por trás dela. É preciso ver a totalidade como aquilo que é, totalidade de partes contraditórias. E é preciso lutar pela verdadeira democracia, aquela que não vive de horizontes mesquinhos. Só aí acharemos sentido para sermos utópicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, se há por um lado um clima claro de desesperança, clima esse cuidadosamente cultivado entre as massas populares, há por outro lado claros sinais de que com imaginação e inventividade podemos trabalhar por um futuro melhor para as pessoas, por uma sociedade mais justa e tolerante. Essa tarefa primordial terá de levar em consideração a destruição e a substituição do aparelho produtivo em uso, posto a serviço da acumulação de capital e da expansão ilimitada do mercado, que destrói tanto a natureza quanto os homens. Terá de levar em consideração, igualmente, a destruição e a substituição do aparelho de Estado capitalista pelas forças democráticas do povo. Mas, enquanto isso, não poderá ceder um centímetro sequer em suas lutas e conquistas diárias, particularmente no que diz respeito às liberdades e igualdades fundamentais. Eis as tarefas da utopia hoje.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Ernest. **Princípio esperança**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FROMM, Eric. **A revolução da esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

GUEVARA, Ernesto. **Che Guevara por ele mesmo**. Porto Alegre: Martin Claret, 2007.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia (org.). **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1988.

KURZ, Robert. **Colapso da modernização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LEONIDIO, Adalmir. Utopias por um mundo melhor. In: MORAES, Cidoval (org.). **Um convite a utopia**. Campina Grande: EDUEPB, 2016.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münnchausen**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LUKÁCS, Gyorg. **História e consciência de classe**. Porto: Escorpião, 1989.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MORE, Thomas. **Utopia**. Lisboa: Europa-América, 1999.

PAINE, Thomas. **Direitos do homem**. Lisboa: Europa-América, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In: GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia (org.). **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Lula, a utopia realista”, **Folha de S. Paulo**, 03\02\2003.

SEIDL, Antonio Carlos, “FHC ataca miséria e prega utopia possível”, **Folha de S. Paulo**, 06\07\1995.

ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Submetido em: 1-8-2018

Aceito em: 4-12-2018